

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA
A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE ALUGUER OPERACIONAL DE
VEÍCULOS OPERACIONAIS DA TIPOLOGIA «PICK-UP» E SERVIÇOS
ASSOCIADOS PARA EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL**

[2025_044CP]

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO
RETIFICADO**

JUNHO DE 2025

ÍNDICE

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	2
ARTIGO 1.º OBJETO DO CONCURSO	2
ARTIGO 2.º ENTIDADES ADJUDICANTES	2
ARTIGO 3.º	2
ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR	2
ARTIGO 4.º PLATAFORMA ELETRÓNICA	3
ARTIGO 5.º ESCLARECIMENTOS E ERROS E OMISSÕES SOBRE AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	3
ARTIGO 6.º	3
DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS	3
ARTIGO 7.º APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES	5
ARTIGO 8.º PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	5
ARTIGO 9.º FORMALIDADES APLICÁVEIS À APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	5
ARTIGO 10.º PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	6
ARTIGO 11.º CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE	6
ARTIGO 12.º DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7
ARTIGO 13.º MODALIDADE JURÍDICA DO AGRUPAMENTO ADJUDICATÁRIO	9
ARTIGO 14.º PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO	9
ARTIGO 15.º CELEBRAÇÃO DO(S) CONTRATO(S)	10
ARTIGO 16.º DADOS PESSOAIS	10
ARTIGO 17.º LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	11
ANEXO I ENTIDADES ADJUDICANTES	13
ANEXO II DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP)	14
ANEXO III	15
LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS	15
ANEXO IV	16
MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA	16
ANEXO V	21
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS	21
ANEXO VI	28
MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO	28
ANEXO VII	29
MINUTA DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	29
ANEXO VIII	31

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

ARTIGO 1.º

Objeto do concurso

1. O presente concurso público com publicidade internacional tem por objeto a celebração de contratos de aluguer operacional de veículos operacionais da tipologia «Pick-up» e serviços associados para empresas do Grupo Águas de Portugal, adiante designado por **Grupo AdP**.
2. O procedimento de concurso público referido no número anterior é constituído pelos seguintes lotes:
 - a) Lote 1 - Pick-up 4x2 e Cabine Dupla - Caixa Metálica;
 - b) Lote 2 - Pick-up 4x2 e Cabine Simples - Caixa Metálica;
 - c) Lote 3 - Pick-up 4x4 e Cabine Dupla - Caixa Madeira;
 - d) Lote 4 - Pick-up 4x4 e Cabine Dupla - Caixa Metálica;
 - e) Lote 5 - Pick-up 4x4 e Cabine Extra - Caixa Madeira;
 - f) Lote 6 - Pick-up 4x4 e Cabine Extra - Caixa Metálica;
 - g) Lote 7 - Pick-up 4x4 e Cabine Simples - Caixa Madeira.

ARTIGO 2.º

Entidades adjudicantes

O presente concurso público com publicidade internacional é promovido por um agrupamento de Entidades Adjudicantes, o qual é constituído pelas empresas do Grupo AdP identificadas no **ANEXO I** ao Programa de Procedimento e dele faz parte integrante, formado de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

1. A decisão de contratar e a decisão de escolha do procedimento foram tomadas pelos órgãos competentes das entidades adjudicantes referidas no artigo anterior.

2. O representante do agrupamento que conduzirá o presente concurso público é a **AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.**, doravante designada por **AdP SGPS**, na qual as entidades adjudicantes, identificadas no artigo 2.º, delegaram os poderes para agir em seu nome na abertura e condução do presente concurso público, nos termos do artigo 109.º n.º I do Código dos Contratos Públicos, bem como para a execução de todos os atos procedimentais necessários à sua conclusão.

ARTIGO 4.º

Plataforma eletrónica

O presente procedimento é tramitado na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>.

ARTIGO 5.º

Esclarecimentos e erros e omissões sobre as peças do procedimento

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e as listas com a identificação dos erros e omissões das mesmas peças devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às **18h00m00s do dia 26 de maio de 2025**.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo júri, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às **23h59m00s do dia 05 de junho de 2025**.
1. A Comissão Executiva da **AdP SGPS** pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às **23h59m00s do dia 05 de junho de 2025**.

ARTIGO 6.º

Documentos que constituem as propostas

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (**DEUCP**), cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, elaborado em conformidade com o **ANEXO II** ao Programa de Procedimento e que dele faz parte integrante;

- b) Lista de Preços-Unitários elaborada em conformidade com o **ANEXO III** ao presente Programa de Procedimento e que dele faz parte integrante;
 - c) Proposta técnica elaborada em conformidade com o **ANEXO IV** ao presente Programa de Procedimento e que dele faz parte integrante;
 - d) Folha(s) de Aprovação de Modelo(s) da(s) viatura(s) indicadas na proposta técnica do **ANEXO IV** ao presente Programa de Procedimento e que dele faz parte integrante;
 - e) Certidão do registo comercial do concorrente ou, em caso de agrupamento, de todos os seus membros, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
 - f) Outros elementos, de apresentação facultativa, que o concorrente considere de interesse e que não estejam em contradição com o estipulado no presente Programa de Procedimento.
2. Os preços das rendas mensais, por viatura, a indicar pelos concorrentes no documento previsto na alínea b) do número anterior devem ser apresentados, discriminados até às duas casas decimais e constituem preços unitários, incluindo todos os serviços previstos no Caderno de Encargos, não devendo incluir Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).
 3. O documento a que se reporta a alínea c) do n.º I deve evidenciar o cumprimento dos requisitos mínimos obrigatórios definidos no Caderno de Encargos.
 4. Os concorrentes podem apresentar proposta apenas para algum(uns) do(s) lote(s) ou para todos os lotes indicados no n.º 2 do artigo 1.º do presente Programa de Procedimento, devendo, contudo, apresentar proposta de preço para todas as rendas de acordo com as combinações de quilometragem previstas em cada lote, respeitando os requisitos ínsitos nos números anteriores, sob pena de exclusão da proposta.
 5. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, com exceção dos documentos solicitados na alínea a), b), c) e d) do n.º I do presente artigo, que podem ser apresentados em inglês, castelhano ou francês.
 6. Todos os documentos que constituem as propostas, incluindo os documentos em formato Excel, devem obrigatoriamente ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, não bastando,

sob pena de exclusão da proposta, a mera assinatura das pastas em que os documentos estejam inseridos.

7. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e o poder da assinatura, o concorrente deve submeter um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do referido assinante.

ARTIGO 7.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

ARTIGO 8.º

Prazo para apresentação das propostas

Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica identificada no artigo 4.º do Programa de Concurso, até às **18h00m00s horas do dia 26 de junho de 2025**.

ARTIGO 9.º

Formalidades aplicáveis à apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, assinados eletronicamente e organizados de acordo com as alíneas identificadas no n.º I do artigo 6.º do Programa de Procedimento, de modo a permitir a sua correta identificação e possibilitar a confirmação da entrega de todos os documentos exigidos.
2. Apresentados quer em formato editável (Excel), no caso das listas de preços, designadamente as listas constantes do **ANEXO III** ao presente Programa de Procedimento, quer em portable document format (".pdf") não editável no caso dos restantes documentos;
3. Folha(s) de Aprovação de Modelo(s), individualizadas por ficheiro, colocando respetivamente o número do lote do procedimento a que concorrem com a(s) viatura(s) indicadas na proposta técnica do ANEXO IV ao presente Programa de Procedimento e que dele faz parte integrante;
4. A assinatura eletrónica referida no n.º I do presente artigo deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;

- b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
5. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º de um documento que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
6. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 3 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, ou, não existindo representante comum, deve a assinatura ser aposta por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes.

ARTIGO 10.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

1. O prazo da obrigação de manutenção das propostas é de **66** (sessenta e seis) dias contados da data do termo fixado para a apresentação de propostas, referida no artigo 8.º do Programa de Procedimento.

ARTIGO 11.º

Critério de adjudicação e critério de desempate

1. A adjudicação será feita por lote, ou seja, uma proposta por cada um dos lotes, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator.
2. Na avaliação das propostas utilizar-se-á, por lote, a metodologia prevista no **ANEXO V** ao presente Programa de Procedimento e que dele faz parte integrante.
3. Caso seja ordenada mais do que uma proposta no mesmo lugar, para efeitos de desempate, serão adotados os seguintes critérios por cada lote:
- a) Será considerada a viatura com o valor das rendas mais baixo, ou seja, com a maior avaliação no subfactor 1.1 – Valor das Rendas;
 - b) Caso a situação de empate persista, será considerada a viatura com melhor avaliação do fator 2 - Adequação Técnica da Proposta (ATP);

- c) Caso a situação de empate persista, será considerado o menor com emissão de poluentes partículas do veículo;
- d) Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será realizado um sorteio entre as propostas relativamente às quais se verifica o empate, nos seguintes termos:
 - i. O sorteio será assegurado através de meios de comunicação à distância adequados, designadamente teleconferência, videochamada ou outro;
 - ii. O júri notificará os concorrentes com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, informando-os da data, da hora e da plataforma informática em que decorrerá o sorteio, bem como dos demais termos e condições necessários, designadamente para efeitos de credenciação;
 - iii. A cada concorrente será atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
 - iv. Numa urna serão introduzidas as bolas com os números dos concorrentes cujas propostas estão empatadas, procedendo-se seguidamente à sua extração;
 - v. Proceder-se-á à extração das bolas, sendo as propostas classificadas de acordo com a ordem resultante da extração, sendo classificado em primeiro lugar o concorrente com o número correspondente ao da bola retirada em primeiro lugar, e assim sucessivamente;
 - vi. A falta de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

ARTIGO 12.º

Documentos de habilitação

- I. No prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve entregar através da plataforma eletrónica identificada no artigo 4.º, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração elaborada em conformidade com o modelo que constitui o **ANEXO VI** ao presente Programa de Procedimento e que dele faz parte integrante;
 - b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

- c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Certificado do registo criminal do adjudicatário, bem como dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;
 - e) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.
 - f) Alvará para o exercício da atividade emitido pelo IMTT ou pela entidade competente do país da nacionalidade concorrente, quando este não seja português caso desde a fase de qualificação o mesmo tenha sido objeto de alteração ou renovação;
- 2. Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento, os documentos de habilitação previstos nas alíneas a), b), c) e d), do n.º I devem ser apresentados por todos os seus membros.
 - 3. Todos os documentos de habilitação podem ser redigidos em língua inglesa, castelhana ou francesa, sem necessidade de tradução.
 - 4. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas b), c) e d) do n.º I ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.
 - 5. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
 - 6. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a **5 (cinco)** dias, na sequência de solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar antes de expirado o prazo a prorrogar.
 - 7. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no n.º I, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;

- b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP.
8. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do CCP, e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até **5 (cinco)** dias, sob pena de caducidade da adjudicação.
9. No mesmo prazo que o concedido para a apresentação dos documentos de habilitação, o adjudicatário deve apresentar a **declaração de Responsabilidade Social** elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO VII** ao presente Programa de Procedimento, sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP.

ARTIGO 13.º

Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário

1. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, todos os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
2. O agrupamento adjudicatário deve fazer prova da associação referida no número anterior antes da celebração do contrato, sob pena de caducidade da adjudicação.

ARTIGO 14.º

Prestação de Caução

1. Sempre que o preço contratual, por Lote, exceda **€ 500.000,00** (*quinhentos mil euros*), o adjudicatário, no prazo de **10 (dez)** dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, deve prestar uma caução no valor de **2%** do valor da proposta adjudicada, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como de todas as obrigações legais e contratuais assumidas com a celebração do contrato, prestada pelo adjudicatário, nos termos dos modelos que constituem o **ANEXO VIII** ao presente Programa de Procedimento e que dele faz parte integrante.
2. Quando a adjudicação de dois ou mais lotes que exijam caução ao abrigo do número anterior tenha sido realizada ao mesmo concorrente, resultando na celebração de um único contrato, pode ser prestada apenas uma caução pelo adjudicatário, calculada em função do valor do somatório dos preços contratuais de cada lote.

3. Para efeitos de prestação da caução, o valor da proposta adjudicada corresponde ao montante do preço global da proposta, relativo ao(s) lote(s), apresentado(s) pelo adjudicatário nos termos do **ANEXO IV** ao presente Programa de Procedimento.
4. A caução é prestada por depósito em dinheiro, em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, mediante garantia bancária ou seguro-caução.
5. Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, pode não ser exigida a prestação de caução se for apresentado seguro da execução dos contratos referidos no n.º 1, emitido por entidade seguradora autorizada para tal tipo de operações, que não a própria, e que cubra o respetivo preço contratual.
6. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar a caução exigida, nos termos estabelecidos nos números anteriores.
7. A pedido fundamentado do adjudicatário, a Comissão Executiva da **AdP SGPS** pode prorrogar o prazo que tenha sido fixado para a confirmação dos compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos, termos ou condições da sua proposta, caducando a adjudicação se a confirmação dos compromissos não for realizada até ao termo do prazo fixado para o efeito ou até ao termo da respetiva prorrogação.

ARTIGO 15.º

Celebração do(s) contrato(s)

1. O(s) contrato(s) será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.
2. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de três dias úteis.
3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.
4. Correm por conta do adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.

ARTIGO 16.º

Dados pessoais

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pelas entidades adjudicantes, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no

estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos Contratos Públicos (CCP), respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.

2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. As entidades adjudicantes garantem que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. As entidades adjudicantes garantem igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico dpo@adp.pt ou da morada Rua Visconde de Seabra, n.º 3, 1700-421 Lisboa.

ARTIGO 17.º

Legislação aplicável

Em tudo o que se encontrar omissa no presente Programa do Procedimento, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação complementar aplicável.

ANEXOS

ANEXO I

Entidades Adjudicantes

[a que se refere o artigo 2.º]

ENTIDADES ADJUDICANTES	SEDE
Águas do Norte, S.A.	Rua Dom Pedro de Castro, n.º 1A 5000-626 Vila Real
Águas do Centro Litoral, S.A.	ETAR de Cacia, Rua do Paçal, Lugar de Sarrazola 3800-530 Cacia
EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	Avenida da Liberdade n.º 24 1250-144 Lisboa
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	ETAR de Alcântara, Avenida de Ceuta 1300-254 Lisboa
SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A.	ETAR da Quinta do Conde, EN 10, Quinta do Conde III, 2975-403 Quinta do Conde
AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.	Rua Dr. Aresta Branco nº51 7800-310 Beja

ANEXO II

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 6.º]

Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016 na área específica do Portal BASE GOV, em <https://www.base.gov.pt/Base4/pt/deucp/>.

As Partes I, II e III e VI são de preenchimento obrigatório por parte dos concorrentes.

Os concorrentes devem preencher as partes I, II, III e VI, não sendo as demais (partes IV e V) aplicáveis ao presente procedimento.

O DEUCP deve ser assinado eletronicamente pelo operador económico ou por representante legal com poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada.

O anúncio publicado no JOUE encontra-se disponibilizado na plataforma eletrónica na área do procedimento.

ANEXO III

Lista de preços unitários

[a que se refere a alínea b) do n.º I do artigo 6.º]

Ficheiro ANEXO em formato EXCEL editável

Os preços-unitários não podem ser superiores ao preços-base unitários definidos no Caderno de Encargos, sob pena de exclusão.

ANEXO IV

Modelo de Proposta Técnica

[a que se refere a alínea c) do n.º I do artigo 6.º]

_____ [Identificação do representante legal do concorrente], na qualidade de _____ [qualidade em que subscreve a declaração] da _____ [identificação da sociedade ou do agrupamento], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar os **Contratos de Aluguer Operacional de Veículos Operacionais da Tipologia «Pick-up» e Serviços Associados para Empresas do Grupo Águas de Portugal, Ref.ª 2025_044CP**, de harmonia com o disposto no caderno de encargos, nos seguintes termos:

a) **LOTE I - Pick-up 4x2 e Cabine Dupla - Caixa Metálica**

- i. Valor global de € _____ [indicar preço, arredondado a duas casas decimais, por algarismos e por extenso], que não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado;
- ii. A viatura proposta é _____ [indicar marca, modelo e versão];
- iii. O custo-unitário devido por cada quilómetro percorrido e não contratado do veículo _____ [indicar o custo-unitário devido por cada quilómetro percorrido e não contratado do veículo, arredondado até à quarta casa decimal, por algarismos e por extenso, expresso em €/km];
- iv. O valor-unitário a creditar por cada quilómetro contratado e não percorrido do veículo _____ [indicar o valor-unitário a creditar por cada quilómetro percorrido e não contratado do veículo, arredondado até à quarta casa decimal, por algarismos e por extenso, expresso em €/km];
- v. O consumo combinado/misto (WLTP) do veículo _____ [indicar o consumo combinado da viatura, arredondado a duas casas decimais, por algarismos e por extenso, expresso em l/ 100 km];
- vi. A emissão de poluentes 'CO₂' (WLTP) do veículo _____ [indicar o teor de emissões poluentes 'CO₂', arredondado a quatro casas decimais, por algarismos e por extenso, expresso em g/km];

b) LOTE 2 - Pick-up 4x2 e Cabine Simples - Caixa Metálica

- i. Valor global de € _____ [indicar preço, arredondado a duas casas decimais, por algarismos e por extenso], que não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado;
- ii. A viatura proposta é _____ [indicar marca, modelo e versão];
- iii. O custo-unitário devido por cada quilómetro percorrido e não contratado do veículo _____ [indicar o custo-unitário devido por cada quilómetro percorrido e não contratado do veículo, arredondado até à quarta casa decimal, por algarismos e por extenso, expresso em €/km];
- iv. O valor-unitário a creditar por cada quilómetro contratado e não percorrido do veículo _____ [indicar o valor-unitário a creditar por cada quilómetro percorrido e não contratado do veículo, arredondado até à quarta casa decimal, por algarismos e por extenso, expresso em €/km];
- v. O consumo combinado/misto (WLTP) do veículo _____ [indicar o consumo combinado da viatura, arredondado a duas casas decimais, por algarismos e por extenso, expresso em l/ 100 km];
- vi. A emissão de poluentes 'CO₂' (WLTP) do veículo _____ [indicar o teor de emissões poluentes 'CO₂', arredondado a quatro casas decimais, por algarismos e por extenso, expresso em g/km];

c) LOTE 3 - Pick-up 4x4 e Cabine Dupla - Caixa Madeira

- i. Valor global de € _____ [indicar preço, arredondado a duas casas decimais, por algarismos e por extenso], que não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado;
- ii. A viatura proposta é _____ [indicar marca, modelo e versão];
- iii. O custo-unitário devido por cada quilómetro percorrido e não contratado do veículo _____ [indicar o custo-unitário devido por cada quilómetro percorrido e não contratado do veículo, arredondado até à quarta casa decimal, por algarismos e por extenso, expresso em €/km];
- iv. O valor-unitário a creditar por cada quilómetro contratado e não percorrido do veículo _____ [indicar o valor-unitário a creditar por cada quilómetro percorrido e não contratado do veículo, arredondado até à quarta casa decimal, por algarismos e por extenso, expresso em €/km];

- v. O consumo combinado/misto (WLTP) do veículo _____ [indicar o consumo combinado da viatura, arredondado a duas casas decimais, por algarismos e por extenso, expresso em **l/ 100 km**];
- vi. A emissão de poluentes 'CO₂' (WLTP) do veículo _____ [indicar o teor de emissões poluentes 'CO₂', arredondado a quatro casas decimais, por algarismos e por extenso, expresso em **g/km**];

d) LOTE 4 - Pick-up 4x4 e Cabine Dupla - Caixa Metálica

- i. Valor global de € _____ [indicar preço, arredondado a duas casas decimais, por algarismos e por extenso], que não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado;
- ii. A viatura proposta é _____ [indicar marca, modelo e versão];
- iii. O custo-unitário devido por cada quilómetro percorrido e não contratado do veículo _____ [indicar o custo-unitário devido por cada quilómetro percorrido e não contratado do veículo, arredondado até à quarta casa decimal, por algarismos e por extenso, expresso em **€/km**];
- iv. O valor-unitário a creditar por cada quilómetro contratado e não percorrido do veículo _____ [indicar o valor-unitário a creditar por cada quilómetro percorrido e não contratado do veículo, arredondado até à quarta casa decimal, por algarismos e por extenso, expresso em **€/km**];
- v. O consumo combinado/misto (WLTP) do veículo _____ [indicar o consumo combinado da viatura, arredondado a duas casas decimais, por algarismos e por extenso, expresso em **l/ 100 km**];
- vi. A emissão de poluentes 'CO₂' (WLTP) do veículo _____ [indicar o teor de emissões poluentes 'CO₂', arredondado a quatro casas decimais, por algarismos e por extenso, expresso em **g/km**];

e) LOTE 5 - Pick-up 4x4 e Cabine Extra - Caixa Madeira

- i. Valor global de € _____ [indicar preço, arredondado a duas casas decimais, por algarismos e por extenso], que não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado;
- ii. A viatura proposta é _____ [indicar marca, modelo e versão];
- iii. O custo-unitário devido por cada quilómetro percorrido e não contratado do veículo _____ [indicar o custo-unitário devido por cada quilómetro percorrido e não contratado

- do veículo, arredondado até à quarta casa decimal, por algarismos e por extenso, expresso em **€/km**];
- iv. O valor-unitário a creditar por cada quilómetro contratado e não percorrido do veículo [indicar o valor-unitário a creditar por cada quilómetro percorrido e não contratado do veículo, arredondado até à quarta casa decimal, por algarismos e por extenso, expresso em **€/km**];
- v. O consumo combinado/misto (WLTP) do veículo [indicar o consumo combinado da viatura, arredondado a duas casas decimais, por algarismos e por extenso, expresso em **l / 100 km**];
- vi. A emissão de poluentes 'CO₂' (WLTP) do veículo [indicar o teor de emissões poluentes 'CO₂', arredondado a quatro casas decimais, por algarismos e por extenso, expresso em **g/km**];

f) LOTE 6 - Pick-up 4x4 e Cabine Extra - Caixa Metálica

- i. Valor global de € [indicar preço, arredondado a duas casas decimais, por algarismos e por extenso], que não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado;
- ii. A viatura proposta é [indicar marca, modelo e versão];
- iii. O custo-unitário devido por cada quilómetro percorrido e não contratado do veículo [indicar o custo-unitário devido por cada quilómetro percorrido e não contratado do veículo, arredondado até à quarta casa decimal, por algarismos e por extenso, expresso em **€/km**];
- iv. O valor-unitário a creditar por cada quilómetro contratado e não percorrido do veículo [indicar o valor-unitário a creditar por cada quilómetro percorrido e não contratado do veículo, arredondado até à quarta casa decimal, por algarismos e por extenso, expresso em **€/km**];
- v. O consumo combinado/misto (WLTP) do veículo [indicar o consumo combinado da viatura, arredondado a duas casas decimais, por algarismos e por extenso, expresso em **l / 100 km**];
- vi. A emissão de poluentes 'CO₂' (WLTP) do veículo [indicar o teor de emissões poluentes 'CO₂', arredondado a quatro casas decimais, por algarismos e por extenso, expresso em **g/km**];

g) LOTE 7 - Pick-up 4x4 e Cabine Simples - Caixa Madeira

- i. Valor global de € [indicar preço, arredondado a duas casas decimais, por algarismos e por extenso], que não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado;
- ii. A viatura proposta é [indicar marca, modelo e versão];
- iii. O custo-unitário devido por cada quilómetro percorrido e não contratado do veículo [indicar o custo-unitário devido por cada quilómetro percorrido e não contratado do veículo, arredondado até à quarta casa decimal, por algarismos e por extenso, expresso em €/km];
- iv. O valor-unitário a creditar por cada quilómetro contratado e não percorrido do veículo [indicar o valor-unitário a creditar por cada quilómetro percorrido e não contratado do veículo, arredondado até à quarta casa decimal, por algarismos e por extenso, expresso em €/km];
- v. O consumo combinado/misto (WLTP) do veículo [indicar o consumo combinado da viatura, arredondado a duas casas decimais, por algarismos e por extenso, expresso em l / 100 km];
- vi. A emissão de poluentes 'CO₂' (WLTP) do veículo [indicar o teor de emissões poluentes 'CO₂', arredondado a quatro casas decimais, por algarismos e por extenso, expresso em g/km];

ANEXO V

Metodologia de avaliação das propostas

[a que se refere o n.º 2 do artigo 11.º]

O critério de avaliação das propostas, a aplicar para cada Lote, calculado com aproximação às quatro casas decimais, é o da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela apreciação dos fatores colocados à concorrência, abaixo indicados, devidamente discriminados segundo a sua incidência na ponderação:

	Fatores	Descrição	Ponderação
I – Preço (PP)			50%
1.1	V_R	Valor das Rendas	90%
1.2	km_D	Preço por quilómetro por Defeito	5%
1.3	km_E	Preço por quilómetro por Excesso	5%
2 – Adequação Técnica da Proposta (ATP)			50%
2.1	CE_C	Custo de Exploração – Combustível	40%
2.2	C_C	Consumo de Combustível Combinado (l/100 de acordo com a Norma WLTP)	20%
2.3	CE_{CO_2}	Custo de Exploração – Poluentes	20%
2.4	EP_{CO_2}	Emissão de poluentes CO ₂ .	20%

$$PGP = 0.5 * PP + 0.5 * ATP$$

Em que:

- PGP – Pontuação Global da Proposta;
- PP – Pontuação do Fator Preço;
- ATP – Pontuação do Fator Adequação Técnica da Proposta.

I - FATOR PREÇO

O fator preço (PP) será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PP = V_R * 0.9 + km_D * 0.05 + km_E * 0.05$$

I.1 – SUBFATOR VR – VALOR DAS RENDAS

A pontuação deste Subfator (V_R) é determinada através da aplicação, para cada um dos Lotes - consoante as combinações de duração, quilometragem contratada e número de viaturas aplicável – da correspondente expressão matemática abaixo, discriminada até às quatro casas decimais:

Se:

$$\frac{RP}{PB_{Lote}} \geq 0.7$$

Então:

$$VR = \frac{PB_{Lote} - RP}{PB_{Lote} - 0.7 * PB_{Lote}} * 8$$

Caso contrário, se:

$$\frac{RP}{PB_{Lote}} < 0.7$$

Então:

$$VR = 8 + \frac{0.7 * PB_{Lote} - RP}{0.7 * PB_{Lote}} * 2$$

Em que, para cada Lote:

$$RP = 48 * ((RP_{4880} * v_{4880} + RP_{48100} * v_{48100} + RP_{48120} * v_{48120} + RP_{48160} * v_{48160} + RP_{48180} * v_{48180} + RP_{48200} * v_{48200}))$$

Onde:

Variável	Descrição
RP_{4880}	Renda Mensal Unitária Proposta (€) para o período contratual de 48 meses, e para a quilometragem contratada de 80.000 km, discriminada até às duas casas decimais.
v_{4880}	Número de viaturas a contratar no período contratual de 48 meses, e para a quilometragem contratada de 80.000 km.
RP_{48100}	Renda Mensal Unitária Proposta (€) para o período contratual de 48 meses, e para a quilometragem contratada de 100.000 km, discriminada até às duas casas decimais.
v_{48100}	Número de viaturas a contratar no período contratual de 48 meses, e para a quilometragem contratada de 100.000 km.
RP_{48120}	Renda Mensal Unitária Proposta (€) para o período contratual de 48 meses, e para a quilometragem contratada de 120.000 km, discriminada até às duas casas decimais.
v_{48120}	Número de viaturas a contratar no período contratual de 48 meses, e para a quilometragem contratada de 120.000 km.
RP_{48160}	Renda Mensal Unitária Proposta (€) para o período contratual de 48 meses, e para a quilometragem contratada de 160.000 km, discriminada até às duas casas decimais.
v_{48160}	Número de viaturas a contratar no período contratual de 48 meses, e para a quilometragem contratada de 160.000 km.
RP_{48180}	Renda Mensal Unitária Proposta (€) para o período contratual de 48 meses, e para a quilometragem contratada de 180.000 km, discriminada até às duas casas decimais.
v_{48180}	Número de viaturas a contratar no período contratual de 48 meses, e para a quilometragem contratada de 180.000 km.
RP_{48200}	Renda Mensal Unitária Proposta (€) para o período contratual de 48 meses, e para a quilometragem contratada de 200.000 km, discriminada até às duas casas decimais.
v_{48200}	Número de viaturas a contratar no período contratual de 48 meses, e para a quilometragem contratada de 200.000 km.
PB_{Lote}	Preço base do Lote.

I.2 – SUBFATOR km_D – PREÇO POR QUILOMETRO POR DEFEITO

A pontuação deste Subfator (km_D) é determinada através da aplicação, para cada um dos Lotes da expressão matemática abaixo, discriminada até às quatro casas decimais:

$$km_D = \frac{10 * (kmD_P - 0.03)}{0.03}$$

Onde:

kmD_P – Valor da proposta para o Lote, correspondente ao valor a creditar por cada quilómetro contratado e não percorrido, por viatura.

Se da expressão anterior resultar um valor igual ou superior a 10 para **km_D** será considerada a pontuação de 10.

1.3 – SUBFATOR km_E – PREÇO POR QUILOMETRO POR EXCESSO

A pontuação deste Subfator (**km_E**) é determinada através da aplicação, para cada um dos Lotes da expressão matemática abaixo, discriminada até às quatro casas decimais:

$$km_E = 10 - \frac{10 * kmE_P}{0.09}$$

Onde:

kmE_P – Valor da proposta para o Lote, correspondente ao valor a debitar por cada quilómetro percorrido e não contratado, por viatura.

2 – ADEQUAÇÃO TÉCNICA DA PROPOSTA

O fator preço (ATP) será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$ATP = 0.4 * CE_C + 0.2 * C_C + 0.2 * CE_{CO_2} + 0.2 * EP_{CO_2}$
--

2.1 – SUBFATOR CE_C – CUSTO DE EXPLORAÇÃO DE COMBUSTÍVEL

A valorização deste Subfator (**CE_C**) é determinada através da aplicação, para cada um dos Lotes - consoante as combinações de duração, quilometragem contratada e número de viaturas aplicável - de acordo com as viaturas propostas para cada Lote, através da expressão matemática abaixo, discriminada até às duas casas decimais:

$$CE_C = 10 - \frac{10 * \left(Qm * \frac{C_{CP}}{100} * 1,263 \right)^2}{CEC_{MLOTE}^2}$$

Onde:

Variáveis	Descrição														
Qm	<p>Quilometragem a contratar para o Lote, conforme tabela seguinte:</p> <table> <tr> <td>Lote 1</td><td>240 000</td></tr> <tr> <td>Lote 2</td><td>80 000</td></tr> <tr> <td>Lote 3</td><td>2 840 000</td></tr> <tr> <td>Lote 4</td><td>280 000</td></tr> <tr> <td>Lote 5</td><td>6 240 000</td></tr> <tr> <td>Lote 6</td><td>200 000</td></tr> <tr> <td>Lote 7</td><td>160 000</td></tr> </table>	Lote 1	240 000	Lote 2	80 000	Lote 3	2 840 000	Lote 4	280 000	Lote 5	6 240 000	Lote 6	200 000	Lote 7	160 000
Lote 1	240 000														
Lote 2	80 000														
Lote 3	2 840 000														
Lote 4	280 000														
Lote 5	6 240 000														
Lote 6	200 000														
Lote 7	160 000														
C_{CP}	Consumo combinado/misto da viatura proposta a cada 100 km, arredondado a duas casas decimais [l/100.km] de acordo com o referencial WLTP.														
CEC_{MLOTE}	<p>Custo de Exploração Máximo por Lote, conforme tabela seguinte:</p> <table> <tr> <td>Lote 1</td><td>33 343,20 €</td></tr> <tr> <td>Lote 2</td><td>11 114,40 €</td></tr> <tr> <td>Lote 3</td><td>394 561,20 €</td></tr> <tr> <td>Lote 4</td><td>38 900,40 €</td></tr> <tr> <td>Lote 5</td><td>866 923,20 €</td></tr> <tr> <td>Lote 6</td><td>27 786,00 €</td></tr> <tr> <td>Lote 7</td><td>22 228,80 €</td></tr> </table>	Lote 1	33 343,20 €	Lote 2	11 114,40 €	Lote 3	394 561,20 €	Lote 4	38 900,40 €	Lote 5	866 923,20 €	Lote 6	27 786,00 €	Lote 7	22 228,80 €
Lote 1	33 343,20 €														
Lote 2	11 114,40 €														
Lote 3	394 561,20 €														
Lote 4	38 900,40 €														
Lote 5	866 923,20 €														
Lote 6	27 786,00 €														
Lote 7	22 228,80 €														

2.2 – SUBFATOR C_C – CONSUMO DE COMBUSTÍVEL COMBINADO (L/100) DE ACORDO COM A NORMA WLTP

A valorização deste Subfator (C_C) é determinada através da aplicação, para cada um dos Lotes, através da expressão matemática abaixo, discriminada até às duas casas decimais:

$$C_c = 10 - \frac{10 * (CC_p)^2}{121}$$

Onde:

Variáveis	Descrição
CC_p	Consumo combinado/misto da viatura proposta a cada 100 km, arredondado a duas casas decimais [l/100.km] de acordo com o referencial WLTP.

2.3 – SUBFATOR CE_{CO_2} – CUSTO DE EXPLORAÇÃO POLUENTES

A valorização deste Subfator (CE_{CO_2}) é determinada através da aplicação, para cada um dos Lotes, através da expressão matemática abaixo, discriminada até às duas casas decimais:

$$CE_{CO_2} = 10 - \frac{10 * \left(Qm * CE_{CO_2} * \frac{69,87}{10^6} \right)^2}{CE_{CO_2 MAX}^2}$$

Onde:

Variáveis	Descrição														
CE_{CO_2}	Emissões poluentes CO2, valor unitário da viatura, arredondado a quatro casas decimais [g/km] de acordo com o referencial WLTP.														
Qm	<p>Quilometragem a contratar para o Lote, conforme tabela seguinte:</p> <table> <tr> <td>Lote 1</td><td>240 000</td></tr> <tr> <td>Lote 2</td><td>80 000</td></tr> <tr> <td>Lote 3</td><td>2 840 000</td></tr> <tr> <td>Lote 4</td><td>280 000</td></tr> <tr> <td>Lote 5</td><td>6 240 000</td></tr> <tr> <td>Lote 6</td><td>200 000</td></tr> <tr> <td>Lote 7</td><td>160 000</td></tr> </table>	Lote 1	240 000	Lote 2	80 000	Lote 3	2 840 000	Lote 4	280 000	Lote 5	6 240 000	Lote 6	200 000	Lote 7	160 000
Lote 1	240 000														
Lote 2	80 000														
Lote 3	2 840 000														
Lote 4	280 000														
Lote 5	6 240 000														
Lote 6	200 000														
Lote 7	160 000														

CE_{CO_2MAX}	Custo de Exploração Máximo CO2 por Lote, conforme tabela seguinte:	
	Lote 1	5 030,64 €
	Lote 2	1 676,88 €
	Lote 3	59 529,24 €
	Lote 4	5 869,08 €
	Lote 5	130 796,64 €
	Lote 6	4 192,20 €
	Lote 7	3 353,76 €

2.4 – SUBFATOR EP_{CO_2} – EMISSÃO DE POLUENTES CO2

A valorização deste Subfator (EP_{CO_2}) é determinada através da aplicação, para cada um dos Lotes, através da expressão matemática abaixo, discriminada até às duas casas decimais:

$$EP_{CO_2} = 10 - \frac{10 * (CE_{CO_2})^2}{90000}$$

Onde:

Variáveis	Descrição
CE_{CO_2}	Emissões poluentes CO2, valor unitário da viatura, arredondado a quatro casas decimais [g/km] de acordo com o referencial WLTP.

ANEXO VI

Modelo de Declaração de Habilitação

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 12.º]

I - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) do **Concurso Público com Publicidade Internacional para a celebração de Contratos de Aluguer Operacional de Veículos Operacionais da Tipologia «Pick-up» e Serviços Associados para Empresas do Grupo Águas de Portugal, Ref.ª 2025_044CP**, cujo representante é a **AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO VII

Minuta de Declaração de Responsabilidade Social

[a que se refere o n.º 9 do artigo 12.º]

(Empresa), com sede na (morada), contribuinte n.º (.....), representada por (cargo e nome), declara que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:

- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
- b) Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
- c) Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores/as;
- d) Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores/as, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
- e) Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, bem como não interferir no exercício dos direitos, que lhe estão associados. Deve ser observada a proporcionalidade entre esta prática e o exercício da atividade profissional;
- f) Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
- g) Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
- h) Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
- i) Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores/as.
- j) Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que as Contraentes Públicas e a Águas de Portugal, SA (AdP) venha a promover, no âmbito do respetivo sistema de responsabilidade empresarial, junto da empresa declarante;

- k) Promoverá as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma SA 8000, identificadas no âmbito da monitorização referida no ponto j);
- l) Informar as Contraentes Públicas e AdP de quais são os fornecedores ou subcontratados que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento no âmbito do Contrato a celebrar na sequência do presente procedimento;
- m) Informar os seus fornecedores e subcontratados do conteúdo desta declaração.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

(Localidade), (dia) de (mês) de 20(ano)

Assinaturas

ANEXO VIII

Minuta de Modelos de Guia de depósito Bancário / de Garantia Bancária / de Seguro-Caução

[a que se refere o n.º I do artigo 14.º]

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

O depósito em dinheiro efetuar-se-á no Banco [•], à ordem da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., mediante guia do seguinte modelo:

Guia de depósito

Euros [•] €

Vai [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede em [•] (*morada*), depositar na [•] (*sede, filial, agência ou delegação*) do Banco [•] a quantia de € [•] (*por algarismos e por extenso*) em dinheiro, como caução exigida nos termos do artigo 14.º do Programa de Procedimento público com publicidade internacional para a celebração de **Contratos de Aluguer Operacional de Veículos Operacionais da Tipologia «Pick-up» e Serviços Associados para Empresas do Grupo Águas de Portugal, Ref.ª 2025_044CP**. Este depósito, sem reservas, fica à ordem da **AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.**, enquanto representante das entidades adjudicantes do referido concurso público, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecidas na qualidade]

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

À AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

O [•] (*Banco*), com sede em [•] (*morada*), com o capital social de [•] (*capital social*), pessoa coletiva número [•] (*número de identificação de pessoa coletiva*), representado por [•] (*representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)*), vem prestar, por conta e a pedido de [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede em [•] (*morada*), como adjudicatário do concurso público com publicidade internacional para a Celebração de **Contratos de Aluguer Operacional de Veículos Operacionais da Tipologia «Pick-up» e Serviços Associados para Empresas do Grupo Águas de Portugal, Ref.^a 2025_044CP**, garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor da **AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.**, enquanto representante das entidades adjudicantes do referido concurso público, até ao valor de € [•] (*por algarismos e por extenso*) correspondente à caução prevista no artigo 14.º do Programa de Procedimento como garantia do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do Caderno de Encargos.

Consequentemente, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, até àquele valor sem quaisquer reservas, e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de cinco dias úteis a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo de concurso e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o ordenante, sem possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do ordenante e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente garantia bancária são processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

A presente garantia bancária é de € [•] (*quantia por algarismos e por extenso*), e só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado.

Caso alguma das disposições da presente garantia bancária se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecidas na qualidade]

MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

A [•] (*companhia de seguros*), com sede em [•] (*morada*) presta ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com [•] (*tomador de seguro*), garantia à primeira solicitação no valor de € [•] (*por algarismos e por extenso*) correspondente à caução prevista no artigo 14.º do Programa de Procedimento público com publicidade internacional para a Celebração de **Contratos de Aluguer Operacional de Veículos Operacionais da Tipologia «Pick-up» e Serviços Associados para Empresas do Grupo Águas de Portugal, Ref.ª 2025_044CP**, a favor da **AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.**, enquanto representante das entidades adjudicantes do referido concurso público, e destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede [•] (*morada*), assumirá no contrato a celebrar no âmbito do referido concurso, sendo regulado nos termos da legislação portuguesa aplicável.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação do beneficiário sem que este tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor ao beneficiário quaisquer exceções relativas ao contrato celebrado entre este e o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos no contrato e na legislação aplicável.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) devidamente reconhecida na qualidade]